

Junho de 2013: um balanço dez anos depois

Gustavo Casasanta Firmino*

Resumo:

O artigo estabelece alguns paralelos entre as manifestações de junho de 2013 e aquelas que ocorreram durante o biênio 2015-2016, nas quais se exigia o impeachment da então presidente da República, Dilma Rousseff (PT). Três eixos de análise organizam o texto: 1) a discussão sobre o perfil socioeconômico do público presente em ambos os blocos de manifestações; 2) as principais bandeiras e reivindicações apresentadas em cada ocasião; 3) o perfil político-ideológico dos movimentos convocantes e/ou dirigentes dos protestos. Cada um desses eixos converge para uma discussão de fundo concernente ao papel desempenhado por segmentos das classes médias nas conjunturas em tela. Cientes da impossibilidade de esgotar todas as questões suscitadas, buscamos argumentar, com base em pesquisa empírica, que os protestos de junho viriam a inaugurar um novo ciclo político no Brasil, marcado pela ofensiva liberal-conservadora aos governos do PT.

Palavras-chave: Junho de 2013; Manifestações pró-impeachment; Discurso anticorrupção; Classes médias.

June 2013: a review ten years later

Abstract:

This article establishes a few parallels between the demonstrations of June 2013 and the ones that took place from 2015 to 2016, with the latter demanding the impeachment of the then President of the Republic, Dilma Rousseff (from the Worker's Party). The text follows three axes of analysis: 1) the discussion on the socioeconomic profile of the public present in both sets of demonstrations; 2) the main slogans and demands presented in each of the time frames; 3) the political-ideological profile of the movements that called for and/or led the protests. These axes converge into a discussion concerning the role played by segments of the middle classes in the conjunctures at hand. Aware of the impossibility of exhausting all of the issues raised, we seek to argue, based on empirical research, that the protests in June opened up a new political cycle in Brazil, marked by the liberal-conservative offensive against the Worker's Party's administrations.

Keywords: June 2013; Pro-impeachment demonstrations; Anti-corruption discourse; Middle classes.

* Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, Brasil. End. eletrônico: gucasasanta@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-6347-9651>

Introdução

Transcorrida uma década, as manifestações que tomaram conta das ruas de diversas cidades e capitais brasileiras nos meses de junho e julho de 2013, e que ficariam conhecidas como as “Jornadas de Junho”, “Manifestações de Junho” ou tão somente “Junho de 2013” ainda desafiam analistas a compreender sua evolução e significados. Mais do que revisitar episódios já conhecidos atinentes aos protestos de junho, nossa intenção neste artigo é fornecer uma visão de conjunto sobre sua importância para a inauguração de um novo ciclo político no Brasil, marcado pela ofensiva liberal-conservadora ao ciclo dos governos petistas, a despeito das intenções de seus primeiros organizadores. Negando uma leitura retrospectiva em moldes teleológicos, nos interessa discutir o saldo político e organizativo herdado do pós-junho assumindo que, embora pertinente e possível de ser feita, tal discussão não desconsidera que no calor daquela conjuntura concreta, os rumos de junho estiveram em disputa. O verbo, mobilizado no passado, tem por objetivo indicar uma conjuntura política já encerrada e sobre a qual se pode propor um balanço. Assim, afastamo-nos daquelas perspectivas que entendem, ainda hoje, junho de 2013 como um processo em aberto ou em disputa.

Para tanto buscamos contemplar, de maneira justaposta e complementar, três níveis de análise: o perfil socioeconômico dos manifestantes; as bandeiras e reivindicações apresentadas nas ruas; e o perfil político e ideológico de algumas das organizações que emergem daquele processo. Fizemos uso, o quanto possível, de dados provenientes de medições realizadas por institutos de pesquisa durante as próprias manifestações. Em que pese reconhecermos os inconvenientes deste procedimento – sobretudo decorrentes da esparsa e pouco exaustiva documentação dos protestos –, o mesmo nos pareceu necessário a fim de contornar o ensaísmo fácil que, com frequência, caracterizou a reflexão sobre os eventos de junho. Ao longo do texto, em particular na sua terceira e última parte, traçamos alguns paralelos entre as manifestações de junho de 2013 e aquelas que tiveram lugar durante o biênio 2015-2016, exigindo o impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT). De especial importância, em nosso entendimento, é o debate sobre o papel desempenhado por segmentos das classes médias em ambas as conjunturas.

Explosão inicial e evolução dos acontecimentos de junho

Em São Paulo, capital, nos dias 06, 10, 11 e 13 de junho de 2013, foram convocados protestos contra o aumento da passagem do transporte público – ônibus municipais, trens urbanos e metrô –, pelo Movimento Passe Livre (MPL)¹, organização de perfil autonomista composta por estudantes secundaristas e universitários. No início do mês, a prefeitura e o governo do estado haviam

¹ Manifestações menores também foram convocadas nos dias 06 e 10 de junho pelo MPL na cidade do Rio de Janeiro.

anunciado o novo valor das passagens, que passaria de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. As manifestações seguiram o modelo adotado pelo MPL em outras ocasiões: convocados pelas redes sociais, os manifestantes percorriam grandes vias públicas paralisando o tráfego, e entrando, posteriormente, em confronto com forças policiais. Estimativas da imprensa deram conta de que aproximadamente 2 mil pessoas estiveram presentes na primeira jornada (06) e cerca de 5 mil na segunda e terceira jornadas (10 e 11). Nesta última, a violência dos confrontos entre policiais e manifestantes se intensificou e o então governador, Geraldo Alckmin (PSDB), anunciou um recrudescimento da repressão para a manifestação programada para o dia 13 de junho, quando cerca de 20 mil pessoas segundo organizadores e 5 mil segundo a Polícia Militar, ao se encontrarem mobilizadas no centro da cidade, foram impedidas de chegar até a Avenida Paulista. Houve fortíssima repressão por parte da polícia, da qual não escaparam transeuntes e jornalistas (Singer, 2013, p. 24-25).

A partir de então, os manifestantes passaram a receber apoio de um público mais amplo, ao passo que a grande mídia comercial amoldava seu discurso sobre os protestos, com maior ou menor rapidez. Tem início a segunda e mais impactante fase das manifestações de junho², inaugurada pelo ato convocado pelo MPL para o dia 17, o qual contou com a adesão de 65 mil participantes na cidade de São Paulo, segundo o Instituto Datafolha (2013a), e que foi replicado em diversas capitais. Nos três dias subsequentes, 18, 19 e 20, ocorreram novos protestos, sendo que neste último dia o público alcançou seu auge: cerca de 1 milhão de manifestantes saíram às ruas em 25 capitais e outras cidades, segundo fontes de imprensa. As maiores manifestações tiveram lugar nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, contando com cerca de 100 mil e 300 mil presentes, respectivamente. Entre os dias 19 e 20, ainda segundo cobertura da mídia, 14 capitais e outras tantas cidades anunciariam redução na tarifa do transporte público (Manifestações..., 2013). Nesse momento, contudo, as pautas vocalizadas não se restringiam à questão do transporte urbano e do preço das tarifas.

O combate à corrupção passou a ter grande destaque – amplamente televisionado, o julgamento do famigerado “mensalão”³ havia sido concluído pelo

² Nesse ponto, acompanhamos a leitura proposta por Singer (2013, p. 24-26), para quem as manifestações podem ser divididas em três fases distintas, de aproximadamente uma semana cada: a primeira, circunscrita ao período entre 06 e 13 de junho; a segunda, entre os dias 17 e 20; e, a terceira, que vai do dia 21 até o final do mês.

³ Termo popularizado pela grande mídia comercial, no primeiro governo Lula, em referência à Ação Penal 470, na qual se acusava lideranças do PT de intermediar o repasse de recursos financeiros a parlamentares da base do governo, sobretudo de partidos conservadores como PP e PR, para que votassem alinhados com o Executivo. Quase uma década depois, no primeiro governo Dilma, outro escândalo de corrupção apresentado no superlativo pela grande mídia – o do “Petrolão” – possibilitou que se explorasse à exaustão, uma vez mais, o imaginário da “corrupção petista”, dando ensejo à Operação Lava Jato.

STF no final de 2012 – bem como a crítica à Proposta de Emenda Constitucional 37 (PEC 37) que visava retirar do Ministério Público a função de investigação criminal que ficaria a cargo das polícias federal e civil dos estados e do Distrito Federal, embora tenha ficado patente que diversos manifestantes contrários à PEC sequer sabiam do que se tratava. Havia ainda os que pediam pela redução da maioria penal, de 18 para 16 anos. A crítica aos gastos do governo e aos desvios de recursos envolvendo megaeventos como a Copa das Confederações que teve início em 15 de junho de 2013 e a Copa do Mundo de Futebol (2014) também se fez presente⁴.

Uma atmosfera de repúdio aos políticos e partidos “tradicionais” tomou conta dos protestos⁵. Na manifestação paulistana de 20 de junho, militantes de esquerda portando camisetas e bandeiras do Psol, PSTU, PCB e PT são agredidos e expulsos do ato que seguia pela Avenida Paulista e o mesmo ocorreria com um grupo de militantes da CUT nesse mesmo dia em concentração para um ato na cidade do Rio de Janeiro. As declarações do MPL de que o movimento, apesar de apartidário, não se contrapunha à participação de partidos que compartilhassem uma pauta progressista pouco efeito surtiram. Comentaristas e militantes de partidos de esquerda e movimentos sociais identificaram nos manifestantes que não aceitavam outras bandeiras que não fossem as do Brasil, posturas de teor fascista.

Do mesmo modo que nas manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2015 e 2016, durante as maiores concentrações que ocorreram em São Paulo, a fachada do edifício da Fiesp na Avenida Paulista foi iluminada com imagens da bandeira nacional. Seja como for, o grito de “O gigante acordou” e a música “Vem Pra Rua”, ambos retirados de peças publicitárias veiculadas à época, somados ao antipartidarismo e à crítica difusa à corrupção, passavam a fazer parte do repertório “cozinha”, termo ao mesmo tempo pejorativo e jocoso utilizado por jovens de esquerda em referência a manifestantes tidos por desavisados e despolitizados com posturas e valores conservadores. Além de ter constituído um dos principais motes de junho de 2013, o “Vem pra rua” viria a nomear um movimento que, surgido no contexto da eleição presidencial de 2014, se tornou nacionalmente conhecido a partir de 2015, por sua participação nos protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff (PT). Para os idealizadores do Vem Pra Rua, as manifestações de junho haviam demonstrado que ocupar as ruas era um caminho

⁴ Houve pesada repressão policial aos protestos que ocorreram nas seis capitais que sediaram a Copa das Confederações: Belo Horizonte, Brasília, Recife, Fortaleza, Rio de Janeiro e Salvador. Por iniciativa do governo, uma polêmica “lei antiterrorismo” seria proposta ao Congresso e sancionada pela presidente no início de 2016. Fortemente criticada por movimentos sociais, a lei visava a realização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (2016).

⁵ O nome mais citado pelos presentes na Avenida Paulista em 20 de junho, com vista às eleições presidenciais de 2014, foi o do então ministro e presidente do STF e ex-relator do processo do “mensalão” Joaquim Barbosa (30%), seguido da ex-senadora Marina Silva (22%), à época sem partido. Figuras associadas a partidos “tradicionais”, como Dilma Rousseff – PT (10%), Aécio Neves – PSDB (5%) e Eduardo Campos – PSB (1%), foram preteridas (Datafolha, 2013b).

viável para transformar o cenário político do país, vide o dano que infligiram à popularidade do governo federal (Chequer; Butterfield, 2016, p. 15).

Outro movimento que viria a ganhar destaque devido à organização das manifestações de rua contra o governo Dilma, o MBL (Movimento Brasil Livre), entrou em cena pela primeira vez. Embora tenha oficializado sua existência apenas em novembro de 2014, o MBL debutou nas redes sociais em meio aos acontecimentos de junho, sem maiores repercussões. Diversas evidências apontam que o movimento surgiu como braço da organização “Estudantes Pela Liberdade” (EPL), fundada em 2012, e que atuava como seção brasileira da *Students For Liberty*, organização de perfil “libertariano” criada em 2008 nos Estados Unidos, com o objetivo de descobrir e treinar jovens lideranças universitárias tendentes ao “libertarianismo”. Mais precisamente, o MBL teria sido uma tentativa do EPL de promover suas pautas nas manifestações de junho de 2013 (Gobbi, 2016, p. 45-74). A própria sigla escolhida pelo movimento, vale ressaltar, remonta àquelas manifestações, que se iniciam com os protestos dirigidos por uma organização de nome quase idêntico, o MPL.

Grupos defensores da intervenção militar, moralmente conservadores e alegadamente críticos da “corrupção” e dos governos petistas que, em larga medida, atuavam na internet, especialmente pela plataforma da rede social digital *Facebook*, como o “Revoltados Online” (ROL) ou o “Nas Ruas”, passaram a ganhar notabilidade na rede e em meios de imprensa. Na comparação com o MBL, ROL e Nas Ruas podiam ser mais facilmente identificados como movimentos próximos a um espectro de extrema-direita, como ficaria claro após as eleições presidenciais de 2014 (Dias, 2017, p. 52). O uso de redes sociais digitais, notadamente do *Facebook*, para a convocação de protestos de massa, tanto por usuários sem histórico de militância quanto por movimentos e lideranças de matizes ideológicos os mais variados, foi uma marca distintiva dos protestos de junho de 2013, o que não apaga o fato de que páginas virtuais de organizações à direita obtiveram maior visibilidade e engajamento conforme as manifestações ganhavam força (Silveira, 2015, p. 221-222). A partir de junho, movimentos antipetistas de direita e/ou extrema-direita passaram a fazer uso extensivo das redes sociais digitais, especializando-se na produção dos chamados *memes*, bem como de vídeos e textos curtos, estabelecendo uma forma de comunicação simples e direta com um público amplo (Baron; Luz, 2018, p. 109).

Em poucas semanas, a aprovação do governo Dilma seria corroída, passando de 57% de eleitores que o consideravam ótimo ou bom no início de junho para apenas 30% ao final do mesmo mês, segundo pesquisa de abrangência nacional (Datafolha, 2013c). Em pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão no dia 21 de junho, a presidente declarou estar atenta às manifestações e que se engajaria em negociar com chefes de outros poderes, governadores e prefeitos das principais cidades do país, a construção de um grande pacto pela melhoria dos serviços públicos. Seu foco seria a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade

Urbana priorizando o transporte público, a destinação de cem por cento dos recursos provenientes da exploração de petróleo na camada Pré-sal para a educação e a vinda de médicos estrangeiros para ampliar o atendimento à população no SUS, além de defender uma reforma política que ampliasse a participação popular. Três dias mais tarde, Rousseff propôs uma Constituinte exclusiva para a reforma política que, de acordo com o projeto apresentado, seria posteriormente submetida a plebiscito popular. Tendo encontrado resistências nos meios político e jurídico, a proposta logo saiu de pauta.

A partir do dia 21 de junho, as manifestações entraram na sua terceira e última etapa, com protestos fragmentados que passaram a tratar de temas específicos como a demanda por redução no valor de pedágios; a derrubada da PEC 37; a crítica ao Programa Mais Médicos do governo federal e à vinda de médicos cubanos para o Brasil; o rechaço à atuação do deputado e pastor evangélico Marcos Feliciano (PSC/SP), à época presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, para citar apenas estes. Animadas pelos Comitês Populares da Copa, manifestações contra as remoções de famílias em decorrência de megaeventos esportivos e contra a privatização e militarização dos espaços urbanos ocorreriam até o fim de junho e início de julho. Com efeito, os protestos passaram a contar com uma maior coesão político-ideológica ao mesmo tempo que o contingente de aderentes refluía drasticamente. Via de regra, novamente parecia sobressair nas ruas uma tônica progressista, mas em um contexto no qual a “explosão” de junho já se havia dissipado.

Composição social e sentido político das manifestações

Dois interpretações opostas a respeito da composição social das manifestações estiveram disponíveis: a de que teriam sido, prioritariamente, compostas por jovens trabalhadores precarizados; e uma outra, segundo a qual sobressaiu-se a presença da “classe média” tradicional. Aqueles que se alinham à primeira tese, em geral destacam a intencionalidade dos manifestantes em se contrapor à segregação socioespacial e às más condições de vida nos grandes centros urbanos, sendo aí o transporte público uma questão sensível. Com efeito, sua pauta seria dotada de um claro sentido progressista. Por sua vez, os comentaristas para os quais junho se tratou de um fenômeno tipicamente de classe média ressaltam o peso dado à pauta anticorrupção (num viés moralista) e as recorrentes manifestações de “civismo” nacionalista. Nessa perspectiva, teria prevalecido uma pauta conservadora fortemente influenciada pela grande mídia, bem como uma tendência a associar a corrupção a partidos e movimentos de esquerda. Dada a relevância do tema para a nossa discussão, apresentamos a seguir um levantamento do perfil socioeconômico do público que foi às ruas em algumas capitais, nos principais dias de protesto.

Segundo medição do Instituto Datafolha, os jovens entre 12 e 25 anos formaram a maioria absoluta dos manifestantes na cidade de São Paulo em 17/06 (Largo da Batata) e 20/06 (Avenida Paulista): 53% e 51%, respectivamente. Na sequência, o percentual de adultos jovens, com idade entre 26 e 35 anos foi de 35% e 31%, ao passo que apenas 12% dos manifestantes em 17/06 e 19% em 20/06, contavam 36 anos ou mais. A parcela dos que possuíam ensino superior completo ou incompleto ultrapassou três quartos em ambas as ocasiões: 77% e 78%. Também foi elevado o percentual daqueles que compunham a população economicamente ativa: 76% na primeira manifestação e 86% na segunda (Datafolha, 2013a; 2013b). Esse dado joga a favor de uma interpretação segundo a qual as manifestações teriam sido protagonizadas por jovens trabalhadores; contudo, o elevado nível escolar e o perfil ocupacional sugerem que não se tratava, em sua maioria, de trabalhadores precarizados e/ou empobrecidos, mas antes, de trabalhadores com extração mais próxima àquela comum aos setores médios. Assim, em 17 e 20 de junho, o contingente de assalariados sem registro (3% em ambas ocasiões) e de trabalhadores que realizavam os chamados “bicos” (6% e 5%), ficou muito abaixo daquele verificado junto aos habitantes da cidade de São Paulo (7% e 13%, respectivamente). Nas duas manifestações, o índice de desempregados (3%) atingiu apenas metade do patamar verificado na capital paulista (6%), segundo dados fornecidos pelo próprio Datafolha à época. Na outra ponta, chama atenção a sobrerrepresentação de profissionais liberais de nível superior (3% e 5% nas manifestações ante 1% entre os paulistanos); empresários (5% e 4% ante 2%) e funcionários públicos (4% e 6% ante 3%) (Datafolha, 2013a; 2013b). Infelizmente, essas pesquisas nada revelam sobre a renda, variável decisiva para se tentar estabelecer um perfil de classe desses manifestantes.

Outro dado relevante sobre as manifestações ocorridas na capital paulista é que o tema da corrupção ganha espaço no imaginário dos participantes em detrimento da crítica ao aumento da tarifa do transporte público, que havia pautado os protestos dirigidos pelo MPL. O percentual dos que afirmaram protestar contra o aumento da passagem (resposta espontânea e múltipla) que foi de 56% em 17 de junho, diminuiu para apenas 32% três dias depois, enquanto os que diziam protestar contra a corrupção passaram de 40% para 50% (Datafolha, 2013a; 2013b). Duas outras pesquisas atestam que, entre os paulistanos, o contingente dos que se diziam favoráveis aos protestos de rua em 18 e 21 de junho – portanto, antes e depois da revogação do aumento da passagem – foi maior junto ao público jovem, escolarizado e de maior renda (Datafolha, 2013d; 2013e).

Pesquisa Ibope realizada no dia 20 de junho em oito capitais (Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza, Brasília e Salvador) também apontou um contingente expressivo de jovens participando dos protestos: 43% possuíam idade entre 14 e 24 anos, 38% estavam na faixa que vai dos 25 aos 39 anos, e apenas 19% contabilizavam mais de 40 anos. Quanto à escolaridade, 43% possuíam ensino superior completo, 49% ensino médio completo ou superior

incompleto e somente 8% possuíam no máximo o fundamental completo. Dada a grande quantidade de jovens e jovens adultos entre os entrevistados, é lícito supor que o número daqueles que detinham ensino superior completo ou incompleto/em andamento, seja significativamente superior ao dos que possuíam apenas o ensino médio completo ou incompleto/em curso. A faixa dos que possuíam renda familiar mensal até 2 salários mínimos foi de apenas 15%, ao passo que 30% declararam renda familiar entre 2 e 5 salários, 26% se situavam na camada entre 5 e 10 salários, 23% auferiam renda superior a 10 salários e 6% não responderam (Ibope, 2013). Tomando por base a renda declarada seria possível supor que ao menos metade dos manifestantes se aproximava de uma condição de classe média alta ou remediada (renda familiar acima de 5 salários mínimos).

Na manifestação ocorrida em Belo Horizonte, no dia 22 de junho, segundo medição realizada pela Innovare Pesquisa, os jovens até 25 anos compunham a maioria absoluta dos participantes (55%), seguidos por aqueles com idade entre 25 e 34 anos (29%). Os que somavam mais de 40 anos eram flagrante minoria: 17%. Dois terços dos inquiridos (66%) possuía ensino superior completo ou incompleto e quase um terço (31%) o ensino médio completo ou incompleto. Um quinto (20%) declarou renda familiar mensal até 2 salários mínimos, com a maioria relativa situada na faixa entre 2 e 5 salários (36%). Uma quantidade relativamente elevada dos entrevistados se encontrava nos dois quartis superiores de renda: 24%, na faixa entre 5 e 10 salários, e 21%, acima de 10 salários. “Educação” e “saúde” foram apontados como principais problemas do país (26,9% de menções cada) com a “corrupção” ficando em terceiro lugar, citada por 15,8% dos respondentes (nesse caso, o entrevistado podia elencar até três opções). Uma expressiva maioria relativa dos manifestantes declarou ter votado em Dilma Rousseff nas eleições de 2010: 40,1% contra 16,4% da segunda colocada, Marina Silva. O ex-ministro do STF Joaquim Barbosa detinha 26,4% de intenções de voto para as eleições presidenciais de 2014, seguido por Marina Silva e Dilma Rousseff, com 18,6% e 14,2%, respectivamente, enquanto o ex-governador de Minas Gerais e então senador pelo PSDB, Aécio Neves, figurava na quarta posição com 6,6% de menções. A maioria relativa (30,8%) não manifestou preferência por nenhuma das opções apresentadas ou declarou que votaria em branco ou nulo (Innovare, 2013).

Cotejando as medições disponíveis acerca dos protestos de rua, é possível inferir que a manifestação ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, em 20 de junho, apresentou o perfil mais popular. De acordo com o levantamento realizado pela Plus Marketing na ocasião, a fatia dos jovens entre 15 e 24 anos e a de jovens adultos entre 25 e 34 anos representou cerca de dois quintos dos presentes em cada caso (41% e 39%, respectivamente), com apenas um quinto dos manifestantes (20%) localizados na faixa etária acima de 35 anos. Quanto à escolaridade, um elevado contingente possuía apenas o ensino fundamental quando comparado às outras manifestações (14%), enquanto os que possuíam ensino médio completo ou superior incompleto eram maioria absoluta (52%), e aqueles que declararam ter

concluído o ensino superior, cerca de um terço (34%). A diferença mais marcante, todavia, pôde ser percebida em relação à renda, pois mais de quatro quintos dos manifestantes percebiam renda familiar mensal de até 5 salários mínimos (54% entre 2 e 5 salários e 34% até 1 salário) e apenas 11% declararam renda superior a 6 salários (Plus Marketing *apud* Singer, 2013, p. 28-30). Vale notar também que as manifestações cariocas, tanto a maior, no dia 20 de junho, quanto outras menores – no Rio de Janeiro, capital, houve protestos que se estenderam até o mês de setembro –, adquiriram maior radicalidade, com a ocorrência de barricadas nas ruas, cerco a prédios públicos, depredação de ônibus e confrontos abertos com a polícia.

Como destacaram Cavalcante e Arias (2019, p. 105-108) não seria possível, a rigor, considerar “Junho de 2013” como uma unidade, uma vez que as manifestações comportaram fases distintas, podendo-se até mesmo considerar a ocorrência de vários “Junhos”, dada a heterogeneidade dos manifestantes e de suas reivindicações. Também é justa uma segunda ressalva feita pelos autores, de que os dados disponíveis sobre os protestos não são amplos a ponto de cobrir todos os eventos (*ibidem*). De resto, é inegável que embora tenham ocorrido manifestações de impacto nas periferias das grandes cidades, maior atenção foi dada àquilo que se passou nas regiões centrais. Quanto às cidades de pequeno e médio porte, localidades nas quais a pauta da mobilidade urbana e do transporte público não era decisiva, os protestos parecem ter contado – ressaltemos novamente a insuficiência de dados empíricos – com um público com perfil socioeconômico mais característico de classe média, sendo que aí o sentimento de revolta contra a corrupção adquiriu tonalidades mais marcantes (Cavalcante; Arias, 2019, p. 107-108).

Se, em sua multiplicidade, podemos considerar que os eventos de junho mobilizaram um público policlassista, não nos parece menos correto, a partir das medições disponíveis e da própria evolução das manifestações, que segmentos sociais com extração de classe média nelas estiveram sobrerrepresentados. Por sua vez, a miríade de situações de vida e de trabalho existente no interior do vasto e complexo universo das classes médias, possibilita diferentes tomadas de posição política em dada conjuntura. Nessa perspectiva, as classes médias (no plural) não seriam, invariavelmente, “conservadoras” ou “progressistas”. É plausível apontar, pelo exposto até o momento, que no auge das manifestações, segmentos de classe média apresentaram tanto posturas progressistas como conservadoras, disputando nas ruas um mesmo espaço físico e simbólico. Tal “divisão” político-ideológica, digamo-lo ainda, não invalida a leitura de que a repartição dos manifestantes, entre ambos os campos, tenha sido desigual e tendente a reforçar um bloco conservador que, apesar de difuso, ganhou musculatura conforme os protestos massificavam. Após a reeleição de Dilma Rousseff e contando com o reforço da Operação Lava Jato, a crítica conservadora à corrupção retomaria as ruas, dessa vez com uma base

social de classe média mais homogênea⁶, lideranças bem definidas e uma pauta precisa: o impeachment da presidente.

Antipetismo e discurso (seletivo) de combate à corrupção

A partir de 2013, é possível verificar um acentuado crescimento da parcela de brasileiros que entendiam ser a “corrupção” o principal problema do país e, em 2015, pela primeira vez na série histórica iniciada em 1995 pelo Latinobarômetro, a corrupção atingiu o posto de problema principal à frente de temas como “saúde” e “educação”. Apesar de uma pequena queda no final de 2016 – quando a corrupção perde o posto de maior problema para a saúde –, o Brasil figurava como o país com o maior percentual de entrevistados que consideravam a corrupção a principal questão a ser enfrentada, num universo de dezoito países da América Latina (Latinobarômetro, 2016). Medições do Instituto Datafolha apontaram o mesmo fenômeno. De acordo com o Datafolha, a partir de junho de 2013, houve um aumento robusto e sustentado no índice daqueles que consideravam a corrupção o principal problema do Brasil, dando um novo salto em fevereiro de 2015, no início do segundo governo Dilma. Em novembro de 2015, pela primeira vez na série histórica do instituto iniciada em 1996, a corrupção passou a figurar como o principal problema do país (34%) à frente da saúde, atingindo o ápice em março de 2016 (37%), no auge das manifestações pró-impeachment, para depois declinar (Datafolha, 2016b).

Mecanicamente associada ao PT e aos governos petistas (Lula e Dilma), a “corrupção” foi, sem dúvida, o grande mote das manifestações pró-impeachment de 2015 e 2016. Ao contrário do que ocorrera em junho de 2013, movimentos de direita, como o MBL e o Vem Pra Rua, ancorados em um discurso econômico (neo)liberal, assumiram protagonismo inequívoco na convocação e organização dos protestos⁷. Da perspectiva desses movimentos, haveria verdadeira relação causal

⁶ Assim como em junho de 2013, durante a crise do impeachment em 2015-2016, assistiu-se uma certa “divisão” político-ideológica entre defensores e críticos da destituição de Dilma Rousseff, com acentuada presença das classes médias em ambos os campos. Analisando as principais manifestações favoráveis e contrárias ao impeachment na cidade de São Paulo, pudemos identificar uma massiva presença da alta classe média nas primeiras, ao passo que, nos atos rivais, contrários à destituição da presidente, houve maior presença relativa de manifestantes com extração social mais próxima à uma condição de baixa classe média (Firmino, 2023). De qualquer modo, as manifestações à direita, em defesa do impeachment, acabaram por ser muito maiores e mais impactantes na conjuntura, de modo que aqui nos ocuparemos apenas delas.

⁷ Houve também a colaboração de movimentos menores que, com maior razão, poderíamos qualificar como de extrema-direita, frequentemente, defensores da pauta da intervenção militar. O próprio MBL, durante um período de sua trajetória, experimentou acentuada radicalização à direita, seja pela defesa de pautas ultraconservadoras no plano societário, seja por práticas de

entre “menos Estado” e combate à corrupção, afinal, “para moralizar a coisa pública, um Estado menor é mais eficiente porque você tem menos chance de corromper”, como nos afirmou em entrevista uma liderança nacional do Vem Pra Rua (Firmino, 2023, p. 121). Com efeito, o antipetismo verificado nas manifestações pró-impeachment não se dirigia apenas ao PT, mas às esquerdas de maneira ampla, visando desacreditar todo um campo político como capaz de portar um projeto legítimo e moderno para o Brasil (Tatagiba, 2017, p. 88).

O perfil de classe média e, notadamente, de alta classe média do público sobressaiu nessas manifestações. Tomando por referência as cinco principais manifestações de rua ocorridas na cidade de São Paulo no biênio 2015-2016⁸, é possível identificar acentuada sobrerrepresentação de brancos (69% a 80%), com elevada escolaridade (76% a 81% possuíam passagem pelo ensino superior) e renda correspondente, uma vez que o contingente dos que se localizavam nas faixas de renda familiar mais elevadas, acima de 5 salários mínimos e, muito particularmente, acima de 10 ou 20 salários, foi sempre muito superior à média paulistana (Datafolha, 2016a). Quanto ao perfil ocupacional, se calcularmos uma média ponderada dessas manifestações – que leve em conta, portanto, as devidas variações no número de participantes –, constataremos que nelas houve quase o dobro de funcionários públicos e profissionais autônomos regularizados, cerca de sete vezes mais profissionais liberais de nível universitário e seis vezes mais empresários. Já o contingente de assalariados registrados esteve bem próximo daquele encontrado entre os habitantes da capital paulista, aproximadamente um terço em cada caso, embora o elevado nível de renda e escolaridade dos manifestantes pró-impeachment sugira um perfil bastante distinto de assalariamento. A média de idade ficou em torno dos 45 anos, e, diferentemente do que ocorreu em junho de 2013, os jovens com até 25 anos foram sempre presença minoritária, entre 7% a 15% (*ibidem*).

Aqui, o discurso de combate à corrupção esteve atrelado ao seu sentido convencional, balizado por um liberalismo de corte conservador. Na acepção corrente acerca da corrupção, tudo se passa como se o caráter formalmente público do Estado e de suas instituições fosse maculado por práticas desviantes. Isso poderia se dar pela interferência do poder econômico na política estatal (terreno no qual as classes médias e mesmo sua fração superior se encontram em desvantagem frente à burguesia), bem como pela noção de que a tomada de decisões no âmbito das instituições de Estado se curva a pressões de ordem política e não “técnica”.

intimidação e agressão a adversários políticos, característica ainda hoje discernível no modo de atuação de integrantes do movimento.

⁸ Referimo-nos às manifestações ocorridas na Avenida Paulista e arredores, nos dias 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015 e 13 de março de 2016. Embora, nessas datas, atos de rua em defesa do impeachment tenham ocorrido em centenas de cidades, foram as manifestações paulistanas que geraram maior quantidade de medições e pesquisas de opinião com confiabilidade estatística.

Tanto num caso como no outro, as regras do burocratismo são subvertidas, o que resta inaceitável no quadro geral da ideologia meritocrática, entendida enquanto ideologia orgânica das classes médias. Em que pese demais classes e frações de classe poderem vir a abraçar, por diferentes razões, a bandeira da luta contra a corrupção, apenas a classe média mantém relação unívoca e preferencial com o tema, para o qual preceitua o remédio da reforma jurídica e moral (Boito Jr., 2017, p. 17).

É também a partir da ideologia meritocrática que podemos compreender a rejeição da alta classe média a políticas sociais identificadas com os governos do PT, notadamente aquelas voltadas aos “sem mérito”. Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, na manifestação pró-impeachment de 13 de março de 2016, em São Paulo, revelou que 81% dos entrevistados concordavam com a afirmação segundo a qual pessoas que recebiam ajuda de programas como o Bolsa Família se tornavam preguiçosas (Perseu Abramo, 2016). Por sua vez, 79,5% dos partidários do impeachment ouvidos por outra equipe de pesquisadores, na manifestação paulistana de 15 de agosto de 2015, concordavam (total ou parcialmente) que pessoas negras não deveriam valer-se da cor da pele para obter “privilégios” como cotas raciais (62% concordavam totalmente), ao passo que 70,4% defenderam (total ou parcialmente) ser justo que aqueles que estudaram e se esforçaram na vida usufruam certos “privilégios” (Ortellado *et al.*, 2015). Partindo da ideologia burguesa de ascensão pelo trabalho (em geral), os trabalhadores de classe média elaboram uma ideologia particular, que valoriza um tipo específico de trabalho, socialmente percebido como “intelectual”, em detrimento do trabalho (e do trabalhador) manual (Boito Jr., 2007, p. 233-234; Saes, 2005, p. 100). Logo, a meritocracia deve ser compreendida como uma derivação da ideologia burguesa de valorização do trabalho, tendo, como tal, a função de legitimar e reforçar as desigualdades entre trabalhadores manuais e não manuais. As distintas reações dos manifestantes acima referidos ante situações que pressupõem “privilégios”, revela uma curiosa diferenciação entre um privilégio “justo” (ou moralmente justificável) de quem progride por meio do estudo e esforço individual e um privilégio “injusto” (ou moralmente injustificável) daqueles que, partindo supostamente das mesmas condições, obtêm vantagens indevidas em razão de sua condição socioeconômica. Quanto ao privilégio aceitável, sua justificação não é dada por qualquer tipo de “esforço”, mas sim daquele resultante do “estudo”, apanágio do trabalhador “intelectual”.

Em outro espaço argumentamos, com mais fôlego e dados, que as manifestações em defesa do impeachment de Dilma Rousseff poderiam ser lidas como expressão de um movimento de tipo antipopulista (Firmino, 2023, p. 128-143). Isso porque uma série de elementos centrais do discurso e prática característicos do antipopulismo no Brasil – liberalismo conservador; moralismo; elitismo; aversão à mobilização das classes populares; temor (real ou imaginário) da proletarianização; anticomunismo – emergiram no bojo do movimento pró-

impeachment, como reação da alta classe média ao ciclo dos governos petistas (*ibidem*). Na ausência de um partido político de direita, com musculatura e desembaraçado de denúncias de corrupção, capaz de galvanizar a reação conservadora de classe média ao PT, coube à Operação Lava Jato desempenhar esse papel. Atualmente, é bem conhecido o caráter político-partidário da Lava Jato, que mobilizou expedientes extrajudiciais como a manipulação de evidências e testemunhas, vazamento seletivo de informações à imprensa, associação entre juiz e acusadores e até mesmo a coordenação de ações tendo em vista o calendário eleitoral e a convocação das manifestações pró-impeachment. Como bem observou um analista, a Lava Jato funcionou como uma espécie de partido político da alta classe média (Boito Jr., 2018, p. 256).

Os escândalos que eclodiram em série com o início do governo Michel Temer (PMDB), envolvendo diversas figuras de seu primeiro escalão, partidos aliados que fizeram oposição ao PT e o próprio presidente da República, demonstraram o caráter seletivo do discurso anticorrupção do movimento pró-impeachment. Tal seletividade não se evidenciou apenas por parte do Congresso Nacional, da grande mídia comercial oligopolizada e dos principais movimentos anti-PT e pró-impeachment, mas também no que diz respeito à sua base social. Isso porque as manifestações anticorrupção, ocorridas durante o governo Temer, além de poucas e desarticuladas, estiveram longe de contar com a audiência com que contaram os atos que exigiam a destituição de Dilma Rousseff.

O mote de combate à corrupção serviu como ponta de lança de uma ampla frente que buscava implementar uma política neoliberal ortodoxa no país, como se pôde notar pelo empenho, passado o impeachment, em implementar um conjunto de contrarreformas econômica e socialmente regressivas. Carente de legitimação popular, as medidas de “ajuste fiscal”, propostas pelo novo governo, não se destacavam apenas por sua extensão, mas também por sua forma de aplicação, via Emenda Constitucional, o que significou, na prática, uma espécie de constitucionalização da política de austeridade (Duran; Badin, 2021). Embora se possa argumentar que a base de massa do movimento pró-impeachment não aderiu integralmente àquilo que poderíamos caracterizar como um programa neoliberal em sentido estrito⁹, a ideologia meritocrática, fortemente arraigada na alta classe média,

⁹ Na manifestação paulistana de 16 de agosto de 2015, 96,5% dos entrevistados por uma equipe de pesquisadores se declararam favoráveis a que o Estado fornecesse serviço de saúde a todos (88,6% eram totalmente favoráveis) e 96% se manifestaram pela gratuidade do serviço, sendo que 77,4% eram totalmente a favor (Ortellado *et al.*, 2015). Para 97,7%, o Estado deveria prover educação (92,3% concordavam inteiramente), e para 96,5%, a educação pública deveria ser gratuita (86,9% manifestaram total acordo com essa proposição). Até mesmo a gratuidade do transporte público seria total ou parcialmente referendada por metade dos entrevistados (50,4%), sendo 89,6% o índice dos que assentiam que caberia ao Estado fornecer transporte coletivo. Também foi alta a parcela dos contrários ao financiamento empresarial de campanhas políticas,

forneceu justificativa difusa ao discurso de “inchaço” e ineficiência do Estado. Ao preceituar a ascensão, nos planos profissional e social, como decorrência do esforço e mérito individuais, o meritocratism não apenas se abstém de impor óbices à noção de “livre concorrência” capitalista, como lhe fornece sustentação.

Portanto, as manifestações favoráveis à destituição de Dilma Rousseff estiveram longe de dialogar com aquilo que havia sido percebido por analistas à época, como um certo sentido “progressista” de junho de 2013, a saber, a reivindicação por ampliação e melhoria de serviços públicos, como sustentaram Pablo Ortellado e Esther Solano. Para estes pesquisadores, que coordenaram a aplicação de questionários nas manifestações paulistanas pró-impeachment de 12 de abril e 16 de agosto de 2015 em São Paulo, o alto índice de aceitação à tese de que serviços como saúde e educação e, em bem menor medida, transporte urbano, deveriam ser universais e gratuitos revelava que aquele público era fiel às demandas de consolidação, ampliação e melhoria dos serviços públicos, que teriam emergido em junho de 2013 (Ortellado; Solano, 2016). Reconhecendo a relevância do dado referente à defesa do fornecimento e gratuidade de certos serviços à população, é importante ter em conta que essa foi uma problemática imposta “de fora” pelos pesquisadores – no intuito de testar suas hipóteses de pesquisa – aos entrevistados e que as manifestações não tinham como bandeira a defesa dos serviços públicos, mas antes, a crítica liberal-conservadora à “corrupção” do PT e a defesa do impedimento da presidente da República. Pensamos que tal defasagem entre algumas pautas liberalizantes dos movimentos convocantes e a opinião majoritária do público manifestante, pode ser compreendida a partir de uma adesão seletiva, característica de segmentos das classes médias, ao discurso neoliberal¹⁰.

De resto, nos parece forçoso reconhecer que, mesmo em meio aos acontecimentos de junho de 2013, foi frágil a bandeira de defesa dos serviços públicos, incapaz de se traduzir em reivindicações concretas. A profusão de lugares-comuns sobre escolas e hospitais “padrão FIFA” em meio a faixas e cartazes empunhados por jovens manifestantes nas ruas de todo o país, foi sintomática a esse respeito. E mesmo uma vitória concreta como a redução do preço das passagens do

pauta à época encampada por movimentos de direita, a exemplo do Vem Pra Rua e do MBL: 73,3%, ante 17,8% que aprovavam tal modalidade de financiamento eleitoral (*ibidem*).

¹⁰ Décio Saes argumentou sobre a existência de uma espécie de “neoliberalismo de oposição” em segmentos da classe média, atraídos pelo discurso de “modernização” da sociedade e do Estado. Nessa perspectiva, a política neoliberal é entendida como o caminho para o combate a um Estado ineficiente e corrupto que absorve recursos financeiros do “povo” e os coloca à disposição de uma casta de burocratas e políticos profissionais. A adesão a esse neoliberalismo de oposição, contudo, não significa apoio irrestrito a todo o programa neoliberal, uma vez que tais segmentos comumente exigem do Estado intervenção e proteção quando suas condições de vida e trabalho estão em jogo (Saes, 2001, p. 89).

transporte urbano em diversas cidades e capitais, obtida no auge das manifestações, não logrou romper a lógica fiscalista de manejo dos recursos públicos, que permitiu uma redução momentânea das tarifas, tampouco foi capaz de fazer avançar um debate mais amplo sobre a democratização do acesso ao transporte e aos espaços urbanos. Não é por acaso que o grande foco de debate e controvérsias no interior do MPL, após os acontecimentos de junho, girou em torno da necessidade (ou não) de o movimento ampliar seu escopo de atuação para além da pauta do transporte público. Tendo prevalecido sua orientação original, o MPL, na prática, entraria no caso.

A partir de 2013, a ofensiva liberal-conservadora contra os governos petistas, ancorada no discurso seletivo da luta contra a corrupção, adquire uma nova dinâmica, que emerge de maneira explosiva durante a crise do impeachment de Dilma Rousseff. Embora esse tipo de mobilização do tema da corrupção estivesse longe de ser inédita, a ela agregou-se um elemento novo face ao panorama da política brasileira das últimas décadas: sua canalização – bem sucedida – em direção às ruas. Com isso, não estamos sugerindo que caiba, aos inauguradores dos protestos de junho, a responsabilidade pela guinada à direita daqueles atos e muito menos pela onda conservadora que se seguiu às eleições de outubro de 2014 e inaugura a crise do impeachment, em 2015-2016. Os eventos de junho revelaram um movimento político subterrâneo e complexo que em muito escapou à capacidade política de suas primeiras lideranças e demais organizações (em sentido *lato*) do campo das esquerdas. Podemos compreendê-lo, em grande medida, como a manifestação de insatisfações de segmentos médios da sociedade que, até então, permaneciam represadas, em estado de latência.

Conclusão

O argumento central do artigo, segundo o qual as manifestações de junho de 2013, a despeito da plataforma e intenções de suas primeiras lideranças, viriam a inaugurar um novo ciclo na política nacional, caracterizado pela ofensiva liberal-conservadora contra os governos do PT, baseia-se num balanço, a nosso ver incontornável, dez anos depois, sobre o saldo político e organizativo do pós-junho. Nesse sentido, buscamos traçar uma série de paralelos entre as manifestações de junho e aquelas que teriam lugar menos de dois anos depois, com o início do segundo governo Dilma Rousseff (2015-2016), e que exigiam o impeachment da presidente recém-eleita. A ponta de lança desse processo foi a bem-sucedida mobilização de um discurso anticorrupção que jamais rompeu com a acepção moralista e seletiva que as classes médias comumente emprestam ao tema. Em linhas gerais, é possível apontar que o discurso anticorrupção, que ganhou terreno em junho de 2013, passou a reinar incontestemente nas manifestações pró-impeachment de 2015-2016. Paralelamente, naquele primeiro momento, uma composição mais heterogênea dos protestos, em termos socioeconômicos, ainda assim com acentuada

presença de setores médios, dava lugar a um perfil bem menos heterogêneo, no qual a alta classe média sobressaiu com clareza.

A ascensão de um movimento de tipo neofascista – o bolsonarismo –, que logrou eleger um presidente da República em 2018, certamente guarda relação com o antipetismo militante, que se fez acompanhar da crítica superficial à corrupção e ao sistema político, notadamente a partir da crise do impeachment. Alguns leitores poderão recordar-se de lideranças e movimentos (minoritários) que, àquela altura, exigiam intervenção das Forças Armadas no processo político, criminalização de partidos de esquerda e pautas congêneres. Certamente, seria possível tematizar as conexões entre liberalismo conservador e neofascismo, mas tal reflexão exigiria outro espaço. No período analisado, embora inequivocamente já começasse a despontar, o movimento e a ideologia neofascistas ainda não se mostravam capazes de hegemonizar o campo das direitas no Brasil.

Referências

- BARON, Letícia; LUZ, Michele Diana da. Redes sociais digitais e o fortalecimento do discurso da ‘nova direita’ no Brasil. In: SANTOS, Amanda Basílio; MACHADO, Juliana Porto (Orgs.). *Dossiê Estudos Culturais: cultura multifacetada* [livro eletrônico]. Jaguarão: Editora CLAEC, 2018.
- BOITO JR., Armando. “Classe média e sindicalismo”. In: *Estado, política e classes sociais*. São Paulo: Unesp, 2007.
- _____. A corrupção como ideologia. *Crítica marxista*, Campinas, n. 44, p. 9-19, 2017.
- _____. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Editora da Unicamp/São Paulo: Editora da Unesp, 2018.
- CAVALCANTE, Sávio; ARIAS, Santiane. “A divisão da classe média brasileira na crise política de 2013-2016”. In: BOUFFARTIGUE, Paul et al. (Orgs.). *O Brasil e a França na mundialização neoliberal*. São Paulo: Alameda, 2019.
- CHEQUER, Rogério; BUTTERFIELD, Colin. *Vem Pra Rua: a história do movimento popular que mobilizou o Brasil*. São Paulo: Matrix, 2016.
- DATAFOLHA. *Largo da Batata reuniu 65 mil, a maioria novatos na onda de protestos*. 2013a. Disponível em: www.datafolha.folha.uol.com.br. Acesso em: 01 set. 2023.
- _____. *Perfil dos manifestantes na Avenida Paulista 20/06*. 2013b. Disponível em: www.datafolha.folha.uol.com.br. Acesso em: 01 set. 2023.
- _____. *Avaliação da presidente Dilma Rousseff 27 e 28/06/2013*. 2013c. Disponível em: www.datafolha.folha.uol.com.br. Acesso em: 01 set. 2023.
- _____. *Protestos sobre aumento na tarifa dos transportes II 18/06/2013*. 2013d. Disponível em: www.datafolha.folha.uol.com.br. Acesso em: 01 set. 2023.

- _____. *Opinião sobre as manifestações 21/06/2013*. 2013e. Disponível em: www.datafolha.folha.uol.com.br. Acesso em: 01 set. 2023.
- _____. *Manifestação Avenida Paulista (13/03/2016)*. 2016a. Disponível em: www.datafolha.folha.uol.com.br. Acesso em: 01 set. 2023.
- _____. *Avaliação do presidente Michel Temer 07 e 08/12/2016*. 2016b. Disponível em: www.datafolha.folha.uol.com.br. Acesso em: 01 set. 2023.
- DIAS, Tairine dos Santos. “*É uma batalha de narrativas*”: os enquadramentos de ação coletiva em torno do impeachment de Dilma Rousseff no Facebook. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Brasília, 2017.
- DURAN, Camila Villard; BADIN, Michelle Ratton Sanchez. Tristes tropicalizações: austeridade fiscal e sua constitucionalização no Brasil. *Revista Direito Público*, Brasília, vol. 18, n. 97, p. 430-458, 2021.
- FIRMINO, Gustavo Casasanta. *A divisão das classes médias na crise do impeachment de Dilma Rousseff (2015-2016)*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, 2023.
- GOBBI, Danniell. *Identidade em ambiente virtual: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Brasília, 2016.
- IBOPE. [Perfil dos manifestantes de junho em oito capitais, 20/06/2013]. *Portal do G1*, 2013. Disponível em: tinyurl.com/4ntsrk9p. Acesso em: 01 set. 2023.
- INNOVARE. Quem é e o que pensa o manifestante de Belo Horizonte. *Blog da Innovare Pesquisa*, 2013. Disponível em: tinyurl.com/2xhkk66t. Acesso em: 01 set. 2023.
- LATINOBARÓMETRO. *Informe 2016 (Banco de dados en línea)*. 2016. Disponível em: www.latinobarometro.org/lat.jsp. Acesso em: 01 set. 2023.
- MANIFESTAÇÕES levam 1 milhão de pessoas às ruas em todo o país. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 jun. 2013. Cotidiano. Disponível em: tinyurl.com/yc5ckmnj. Acesso em: 01 set. 2023.
- ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther; NADER, Lucia (orgs.). *Manifestação política 16 de agosto de 2015*. 2015. Disponível em: www.lage.ib.usp.br. Acesso em: 01 set. 2023.
- ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015, *Perseu*, São Paulo, n. 11, p. 169-180, 2016.
- PERSEU ABRAMO. *Manifestações março – comparativo – 13 e 18 e 2015/2016*. 2016. Disponível em: www.fpabramo.org.br. Acesso em: 01 set. 2023.

SAES, Décio. *República do capital*. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Classe média e escola capitalista. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 21, p. 97-112, 2005.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. “Direita nas redes sociais online”. In: CODAS, Gustavo; KAYSEL, André; VELASCO E CRUZ, Sebastião (Orgs.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 97, p. 23-40, 2013.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 33, p. 71-98, 2017.